

O que os dados nos dizem?: um levantamento estatístico sobre o número de professoras de violoncelo nas universidades federais brasileiras

Yanaêh Vasconcelos Mota

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
yanaehcello@hotmail.com

Zilmar Rodrigues de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
zilmar.rodrigues@gmail.com

Resumo: A presente comunicação apresenta aspectos gerais de dados relacionados ao ensino de violoncelo nas Universidades Federais brasileiras, evidenciando o lugar das mulheres professoras do instrumento. Propõe-se uma análise descritiva de investigação estatística de caráter exploratório que se estabelece como etapa constituinte do projeto de pesquisa a ser apresentado no programa de pós-graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGMUS/UFRN). Para levantamento destes dados, realizado por meio de uma abordagem quantitativa, foi-se necessário recorrer à publicações de institutos nacionais tais como o Censo da Educação Superior - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) divulgado em 2017 e as Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado em 2016 e atualizado em 2018, além de visitas aos *sites* institucionais para leitura e pesquisa da grade curricular de cada curso de graduação em Música. Sob uma perspectiva feminista, questiona-se a representatividade da professora de violoncelo nas Universidades Federais brasileiras, situação, esta, que ainda carece de uma maior visibilidade e de investigações.

Palavras-chave: Ensino Superior. Professoras de Violoncelo. Feminismo.

Inquietações iniciais

Entendendo que a pesquisa na área de Educação Musical se constrói através da investigação e da problematização sobre como as pessoas se relacionam com a música e pela música, seja por meio da transmissão, apropriação ou através do processo de ensino e aprendizagem (KRAEMER, 2000, p. 51; DEL BEN, 2003, p. 06) e que existem perspectivas e leituras interdisciplinares entre a Educação Musical e outras áreas do conhecimento que buscam ultrapassar possíveis fronteiras existentes entre estes campos, a *conversa*

estabelecida por meio da interdisciplinaridade cria espaços para produzir conhecimento sob vieses políticos, históricos, culturais, sociológicos ou puramente musicais.

Mesclando esta concepção inicial à minha história de vida sendo violoncelista, universitária e apresentando pretensões à docência, uma pergunta surgiu a partir de reflexões e discussões sobre gênero feminino e docência no ensino superior brasileiro: “quantas professoras de violoncelo existem, em exercício, nas universidades federais?”

Em minha trajetória, permeada por professores homens de violoncelo, ouvia algumas frases, que sempre me pareceram ser reproduzidas, tais como: “O violoncelo não é muito pesado pra você?”, “mas o som é tão grave...” ou “você não pode usar saia e tocar violoncelo assim.” Além de saber existir, através de conversas com outras mulheres violoncelistas que compartilharam comigo algumas de suas experiências, um forte traço de cuidado exagerado (ou seria machismo velado?) em relação ao repertório dito “masculino” porque “você não conseguirá tocar, porque é muito *pesado* para uma garota”, e/ou super exigência.

Como justifica Rocha-Coutinho, 2006,

As pesquisas de gênero [...] são vistas, como assinala Reinhartz (1983), como presas ao contexto, ligadas muitas vezes à experiência e ao envolvimento pessoal do pesquisador. São relevantes do ponto de vista social, envolvem múltiplas metodologias, não são necessariamente replicáveis e incluem emoções e eventos como experimentados pelos participantes da pesquisa (p. 66).

Através de reflexões, é perceptível o discurso unívoco de associação da mulher a uma ideia previamente oferecida, “implicando em comportamentos e modos de pensar, sentir e expressar-se” (DOMENICI, 2013), pois espera-se da(s) musicista(s) que ela(s) possam se distinguir dos homens não apenas por sua abordagem e comportamento, mas, também, por sua forma de tocar¹ (GREEN,1997 *apud* SERGEANT; HIMONIDES, 2014. tradução nossa).

Para construção da presente comunicação, escolheu-se diversificar o gênero dos substantivos com acréscimo de “(a)” ou “(as)” por entender que

¹ “To distinguish themselves from men not only in their approach and behavior, but also in their playing” (GREEN,1997 *apud* SERGEANT; HIMONIDES, 2014).

numa linguagem difusamente masculinista², uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (BUTLER, 2008, p. 28-29, ênfase da autora *apud* LAU, 2017, p. 02).

Desta forma, explora-se também a linguagem utilizada, através de problematização contínua, como forma de contribuir para o campo crescente de Estudo de Gênero na área de Educação Musical (ZERBINATTI, NOGUEIRA, PEDRO, 2018).

Investigando números

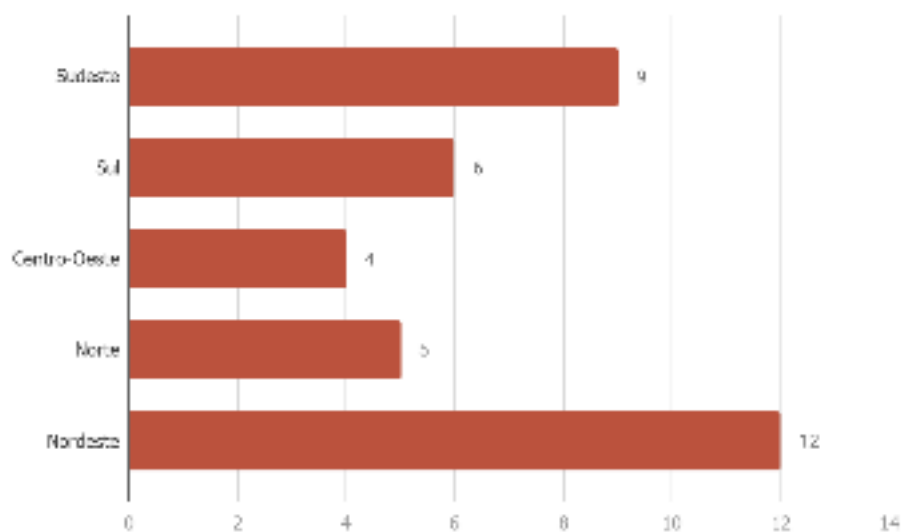
Para responder a esta problemática preliminar, constituinte da parte preliminar do projeto de pesquisa a ser apresentado na pós-graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, optou-se pelo levantamento de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de consultas aos bancos de dados dos currículos cadastrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de visitas aos *sites* institucionais para leitura e pesquisa da matriz curricular de cada curso de graduação em Música.

O caminho da pesquisa se inicia através de um levantamento do número de Universidades Federais brasileiras. Segundo o Censo da Educação Superior (INEP, 2017), o número de Instituições de Educação Superior (IES) é de 63 universidades, 4 faculdades e 40 institutos federais/IFs. Focalizaremos, então, para esta pesquisa, no número de universidades: são 63 universidades, sendo 31 localizadas nas capitais brasileiras e 32 no interior do país.

² Por exemplo, ainda existe confusão ao se referenciar ao correspondente feminino de “músico”. No dicionário Michaelis (2018), o verbete é classificado com substantivo masculino e é definido como “profissional que exerce atividade relacionada à música”. Comparando com outros dicionários (ROCHA, 1996, p. 422; XIMENES, 2000, p. 422) o termo é definido, também, como substantivo masculino relacionado ao “indivíduo que estuda ou pratica a música”. Onde ficaria o feminino deste substantivo?

Através de consulta ao sistema *e-mec*, podemos obter a relação dos nomes de cada universidade, dado não fornecido pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2017). Constatou-se, então, que das 63 universidades federais brasileiras, 36 oferecem algum curso de graduação em Música (seja licenciatura ou bacharelado), percentual equivalente a 57,14%. Percebemos, conforme o gráfico abaixo, a maior oferta de cursos graduação em Música na região Nordeste (UFBA, UFPB, UFCA, UFC, UFCG, UFPE, UFMA, UFPI, UFRN, UFAL, UFRB³, UFS⁴), seguido pela oferta na região Sudeste (UFJF, UFMG, UFOP, UFSCar, UFSJ, UFU, UFES, UNIRIO, UFRJ), região Sul (UFRGS, UNILA, UFPel, UFSM, UNIPAMPA, UFPR), região Norte (UNIR, UFRR, UFAC, UFAM, UFPA) e por fim, região Centro-Oeste (UNB, UFG, UFMT, UFMS).

Gráfico 1: Oferta de cursos de música em Universidades Federais brasileiras



Fonte: Dados obtidos em consultas ao *e-mec* e aos *sites* de cada instituição em maio de 2018.

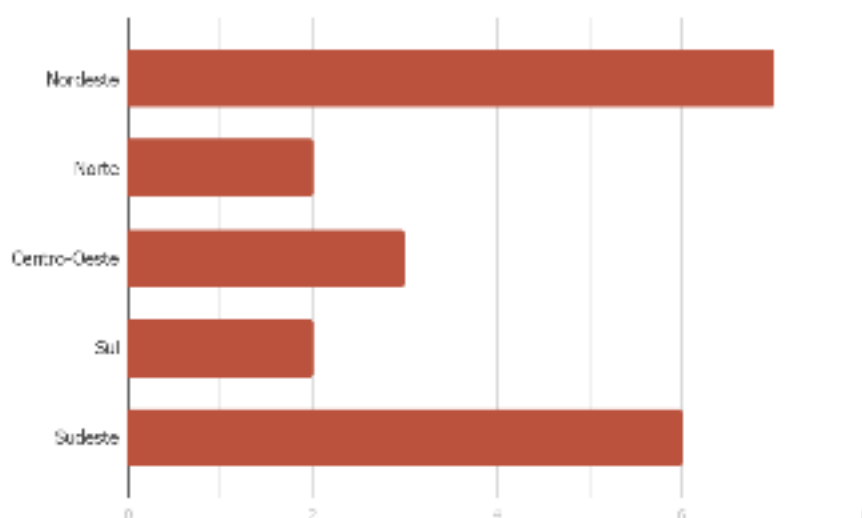
A partir do levantamento destes dados, iniciou-se a busca por cursos de graduação que tivessem em sua grade curricular, disponível *online*, o ensino do violoncelo. Investigando

³ A Universidade Federal do Recôncavo Baiano oferece curso de licenciatura em Música Popular Brasileira. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/lmpb/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

⁴ Não conseguimos analisar a matriz curricular e verificar o corpo docente da UFS, pois a página institucional durante o período de levantamento de dados (maio de 2018) estava fora do ar. No entanto, encontram-se evidências de um Departamento de Música através de busca rápida ao *Google*. Verificar: <<http://musica.ufs.br/pagina/6935>>. Acesso em: 21 maio 2018.

os *sites* de cada universidade catalogada acima, encontrou-se um total de 20 cursos de graduação em Música (55,5%) com indicativos de prática de ensino de instrumento violoncelo seja como disciplina obrigatória, optativa ou habilitação de graduação.

Gráfico 2: Oferta de cursos de graduação de Universidades Federais brasileiras que ofertam o ensino de violoncelo



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores em agosto de 2018.

Deste percentual, foram localizados nos catálogos de corpo docente publicados nos *sites* institucionais, 24 professores(as) de violoncelo com vínculos com a graduação. Em seguida, cada professor(a) foi localizado(a) por meio da busca simples na plataforma *Lattes* (CNPq) para conferir seu tipo de vínculo com o curso. Apenas dois professores(as) são substitutos, e outros dois não foram localizados na plataforma.

Após esta minuciosa garimpagem, um dado fica claramente evidenciado: destes 24 professores(as) de violoncelo, apenas 6 são mulheres, contabilizando um total de 25%.

Discussão sobre os dados, uma contextualização

Durante muito tempo, a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres se reduzia, aos cursos específicos de licenciatura, senão apenas à Escola Normal.

Contextualizando historicamente a participação das mulheres como professoras, Louro (2017) ressalta, em seu artigo, a feminização do magistério a partir do final do século XIX, começo do século XX. Este processo pode ser entendido como consequência da crescente urbanização e industrialização que abria novas possibilidades de trabalho aos homens, deixando o campo da educação *primária* às mulheres, por compreender que as mulheres “tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos” (LOURO, 2017, p. 450).

Esta visão maternalista da educação primária, foi sendo desenvolvida durante anos de inculcação mental coletiva ao considerar o magistério como uma “extensão da maternidade” no qual a professora, mais tarde chamada apenas por “tia”, deveria renunciar “sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de ser esposa e mãe” (LOURO, 2017, p. 453).

As professoras (professorinhas ou tias) foram formadas através de um currículo diferente dos professores. Elas recebiam treinamento para trabalhos de agulha, princípios da música, canto orfeônico, piano, português, francês, ortografia, aritmética e noções gerais de história e geografia. Já os rapazes habilitavam-se em língua nacional e literatura, filosofia, geometria. Percebe-se que, mesmo sendo incentivada às “destrezas manuais e estéticas” (LOURO, 2017, p. 457), ao contrário do homem, a formação da mulher, especificamente na música é reduzida ao canto orfeônico e à prática pianística⁵.

Sobre esta fragmentação de vivências estéticas entre homens e mulheres na suas respectivas formações, Leppert (1993, p. 67-68 *apud* DOMENICI, 2013, p. 93) afirma que “a prática musical era reservada às mulheres, sendo esperado que aprendessem a tocar um

⁵“O instrumento [piano], que, num primeiro momento, estava circunscrito ao âmbito doméstico e ao universo das mulheres, se tornará cada vez mais popular também entre os homens e infundir-se-á na cena pública. Para isto, já atentou Tinhorão, quando acentuou, que, por volta dos anos vinte, [...] ‘o piano sai das brancas mãos das moças da elite’ para ‘os saltitantes dedos dos pianistas negros e mestiços’ [...] de salão” (BASILE, 2015, p. 207).

instrumento (preferencialmente de teclas) como forma de entretenimento doméstico desprezioso, pois lhe era vedado desenvolver seus talentos para não competir com o seu marido aos olhos dos outros.”

Apesar do aumento do número expressivo de professoras na *educação básica*, os homens ainda ocupavam posição de poder, como inspetores, diretores e como professores do Ensino Superior.

As mulheres, atualmente, são maioria dos concluintes de cursos de graduação (72.380 concluintes do gênero feminino e 51.509 concluintes do gênero masculino)⁶ e pós-graduação *stricto sensu* a nível de mestrado (sendo 54,54% de mestras) e doutorado (53,32% de doutoras)⁷, mas a maior parte dos cargos de docência no ensino superior continuam sendo ocupados por homens (48.810 professores e 40.927 professoras), o que reflete no ensino de violoncelo em universidades federais brasileiras, como visto no levantamento de dados anteriormente. Desta forma, as *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010* publicadas em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta:

Apesar da superioridade escolar feminina, pois, conforme exposto, a população adulta feminina tem maior nível de instrução que a masculina, os resultados no mercado de trabalho não favorece as mulheres. A Tabela 17 mostra que as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1 810,50 e R\$ 2 223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalhem [no caso das Humanidades e Artes, a tabela mostra que o rendimento médio recebido por homens é de R\$ 2 629,9, enquanto para mulheres é de R\$ 2 064,3]. Além disso, o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais, conforme evidencia a razão entre o rendimento das mulheres e o rendimento dos homens. Esse diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em

⁶ Censo da Educação Superior 2016, Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), 2017. Disponível em: <inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁷ Painel Lattes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2016. Disponível em: <lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-sexo-e-idade>. Acesso em: 23 jun 2018.

que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens. Esse valor médio do rendimento abarca tanto as escolhas por profissões e carreiras diferentes entre homens e mulheres dentro dessa área geral, por exemplo, a de Ciências Sociais, Negócios e Direito, quanto uma possível discriminação por gênero no mercado de trabalho, entre outros fatores (IBGE, 2014, p. 107).

Ainda sobre o rendimento, o IBGE conclui que “as mulheres seguem recebendo cerca de $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem” (IBGE, 2018, p. 4).

Não é possível, por ora, apresentarmos todos os dados acima em termos que conversem estritamente com a área da Música e, mais especificamente ainda, na área do ensino de violoncelo, por falta de pesquisas que discutam esta temática. Entende-se que é um campo em emergência, seja sob análise do ensino do instrumento, seja da *performance* em si.

À guisa de conclusão

Através dos levantamentos de dados estatísticos através das publicações de institutos nacionais (INEP; IBGE) além de visitas aos *sites* institucionais para pesquisa da grade curricular de cada curso de graduação em Música, visando encontrar o ensino de violoncelo em cursos de graduação (licenciatura ou bacharelado) percebeu-se a baixa representatividade feminina em relação ao violoncelo no ensino superior. Certamente os dados e as escassas observações preliminares construídas até aqui não nos oferecem respostas conclusivas, mas nos permitem refletir sob diversas ópticas, inclusive sob o ponto de vista do gênero. Conhecer a quantidade de nossas professoras e professores de instrumento atuantes, é o primeiro passo para problematizar a representatividade e observar (quicá, reivindicar) lugares de fala (ou de *performance*).

Num mundo estruturado basicamente por homens, a habilidade das mulheres de valorizar seu próprio pensamento e sua experiência é, muitas vezes, bloqueada por dúvidas e hesitações quando sua experiência pessoal não está de acordo com os mitos e valores que dizem respeito a como uma mulher “deve” ser, se comportar e sentir, isto é, com a identidade que para elas foi construída (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 67).

Esta baixa representatividade feminina do ensino do violoncelo da Educação Superior encontra eco em pesquisas de outros campos do conhecimento que se preocupam com a inserção profissional de professoras no ensino superior (LOURO, 2017; VENTURINI, 2017; RICOLDI, ARTES, 2016) sob uma ótica feminista que se apresenta polissêmica e plural.

Aos dados apresentados no decorrer do texto, indaga-se, com a intenção mais de instigar a reflexão do que responder taxativamente: O que justifica a baixa representatividade? Quem são estas mulheres? Quais são as suas trajetórias, levando em conta sua formação como violoncelistas e como professoras do instrumento? E, afinal, violoncelista é substantivo comum de dois gêneros?

Referências

BASILE, Lucila Pereira da Silva. *O piano na praça: "música ligeira" e práticas musicais no Ceará (1900- 1930)*. 2015. 370f. Tese (Doutorado em Música) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DEL BEN, Luciana. A pesquisa em educação musical no Brasil: breve trajetória e desafios futuros. *Per Musi*, Belo Horizonte, v. 7, 2003, p. 76-82.

DOMENICI, Catarina Leite. A performance musical e o gênero feminino. In: NOGUEIRA, Isabel Porto; FONSECA, Susan Campos (orgs). *Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas*. Porto Alegre: ANPPOM, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

KRAEMER, R.-D. As dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 16/17, p. 48-73, abr./nov. 2000.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na Língua Portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! In: V *Simpósio Internacional em Educação Sexual*, 2017. Anais. Maringá. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2017. p. 443-481.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/m%C3%BAco/>>. Acesso em 06 mai 2018.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex aequo*, Lisboa, n. 33, 2016, p. 149-161.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 422.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. *Estud. psicol*, Natal, 2006, v.11, n.1, p.65-69.

SERGEANT, Desmond; HIMONIDES, Evangelos. Gender and the performance of music. *Frontiers in psychology*, Columbus, v. 5, 2014, p. 1-13.

VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama da desigualdade. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, 2017. Anais Eletrônicos. Florianópolis. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

XIMENES, Sérgio. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p. 422.

ZERBINATTI, Camila Durães; NOGUEIRA, Isabel Porto; PEDRO, Joana Maria. A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais. *Descentrada*, vol 2, nº , mar 2018.